



***Uma análise comparativa sólida,
que rejeita determinismos***

Paulo Sotero



resumo

O artigo aborda o livro *Brasil e Estados Unidos: O que Fez a Diferença*, trabalho que o jornalista Ricardo Lessa publicou em 2008 pela Editora Civilização Brasileira e que é uma estimulante interpretação comparativa sobre os fatores sociais, culturais e econômicos que determinaram o sucesso dos Estados Unidos e frustraram, até aqui, o sonho brasileiro de repetir o feito norte-americano nos trópicos.

Palavras-chave: Ricardo Lessa; paralelo entre Brasil e EUA; Alexis de Tocqueville; Jean-Baptiste Debret.

abstract

*This article addresses the book *Brasil e Estados Unidos: O que Fez a Diferença* [Brazil and the United States: What Made the Difference], journalist Ricardo Lessa's work published in 2008 by Civilização Brasileira publishing company; and which is a gripping comparative interpretation of the social, cultural and economic factors determining the success and the United State, and frustrating the Brazilian dream of repeating the North-American accomplishment in the tropics.*

Keywords: Ricardo Lessa; a parallel between Brazil and the USA; Alexis de Tocqueville; Jean-Baptiste Debret.

O

Brasil chamou-se Estados Unidos durante os primeiros 78 anos da República, que nasceu de um golpe militar contra a monarquia dos Braganças, um ano e meio depois da abolição da escravatura. Nossa atual identidade nacional de República Federativa, cinquentona este ano, alcançará a longevidade da anterior somente em 2044.

A exemplo do nome do país, a primeira bandeira brasileira no período pós-monárquico também foi buscar inspiração, senão o próprio desenho, nos EUA. Tinha 13 listras horizontais verdes e amarelas e um retângulo azul no canto superior esquerdo, com 21 estrelas brancas representando os estados de então. Teve vida curta, de quatro dias. A 19 de novembro de 1889, um grupo de notáveis republicanos que conhecia as inclinações monarquistas do general-presidente Deodoro da Fonseca, o proclamador da República, foi até sua casa e o convenceu a adotar a bandeira do Brasil monárquico, sem a coroa e a cruz de Malta, substituídas pela esfera azul, as estrelas dos estados e o lema positivista “ordem e progresso” que os alentava. A data foi elevada a Dia da Bandeira e ganhou hino que celebra poeticamente o pavilhão nacional “como lindo pendão da esperança”, “símbolo augusto da paz”, cuja “nobre presença” traz à lembrança “a grandeza da pátria” poderosa, que “feliz há de ser”.

Como se vê, é antigo nosso fascínio pelas coisas dos Estados Unidos. Os inconfidentes de Minas Gerais tiveram contatos em Paris com Thomas Jefferson, um dos fundadores da nação americana e seu segundo presidente. Emulamos desde sempre a grande República do Norte. Mas o fazemos à nossa maneira. O verso do *Hino à Bandeira* que celebra o futuro feliz do Brasil é diferente da “busca da felicidade” proclamada como aspiração nacional no preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos. O hino faz uma profissão de fé num futuro feliz que haverá de se materializar, não se sabe por que ou como. Já o documento fundacional americano é prescritivo e programático. Nele, a busca da felicidade é descrita como um projeto de realização de um direito do povo. E não um direito qualquer, mas um direito inalienável, tão importante quanto o direito à vida e à liberdade, que está baseado em verdades autoevidentes que dispensam comprovação.

Esse paralelo não figura de forma explícita no *Brasil e Estados Unidos: O que Fez a Diferença*, trabalho que Ricardo Lessa publicou em 2008 pela Editora Civilização Brasileira. Mas está nas entrelinhas dessa estimulante interpretação comparativa sobre os fatores so-

PAULO SOTERO é jornalista e diretor do Brazil Institute, do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington (EUA).

ciais, culturais e econômicos que determinaram o sucesso dos Estados Unidos e frustraram, até aqui, o sonho brasileiro de repetir o feito norte-americano nos trópicos. Não se trata de exercício novo. A busca na história dos Estados Unidos de explicações sobre o atraso do Brasil é tema recorrente de análises produzidas por estudiosos do assunto desde a década de 1950, quando o advogado, jornalista e romancista gaúcho Clodomir Vianna Moog publicou o clássico *Bandeirantes e Pioneiros*.

As comparações entre os dois países são preocupação não apenas de intelectuais. Elas fazem parte das conversas dos brasileiros comuns e habitam o imaginário popular, alimentado constantemente pela mídia. Em minhas mais de quatro décadas como jornalista, a maior parte nos Estados Unidos, fui inúmeras vezes instado por editores a fazer comparações nos mais diversos campos e atividades. “Investigue e conte como é isso aí”, pediam eles, “isso” podendo ser o seguro de automóveis, a organização da política e da polícia, o sistema escolar, o tamanho da população no campo, os subsídios agrícolas e as leis e regulamentos ambientais. A pergunta de fundo era sempre a mesma. Por que os Estados Unidos progrediram e o Brasil ficou para trás? Não se trata de manifestação do complexo de viralata, cunhado por Nelson Rodrigues, mas de uma indagação legítima sobre as diferenças e semelhanças entre países do Novo Mundo que compartilham dimensões continentais, datas de nascimento próximas, riquezas naturais e matérias-primas abundantes, passados de colônias europeias, séculos de escravidão e a presença abundante de imigrantes dos quatro cantos do mundo.

Por que dois países que “sempre se deram tão bem e são tão parecidos percorreram caminhos tão diferentes?”, pergunta a americanista Cristina Sureanu Pecequillo, da Universidade de São Paulo, no prefácio da obra de Lessa. O embaixador Thomas A. Shannon, um diplomata norte-americano que entende e gosta do Brasil, mantém viva a pergunta há mais de duas décadas, lembrando que os interesses permanentes das duas maiores democracias das Américas “são mais convergentes do que divergentes”

e geram pressões positivas por relações mais consequentes do que foram até agora.

Em busca de respostas, o autor rejeita desde logo as teses fáceis dos determinismos preconceituosos que atribuem as diferenças no desenvolvimento entre os dois países a fatores como o clima e a geografia, a religião ou “os portugueses”. Todos certamente tiveram influência na formação do país, como lembra Lessa nos paralelos que traça, em 12 capítulos, entre personagens e processos históricos nas duas nações. As diferenças iluminam sua busca de respostas. Colônia de exploração, “o Brasil já nasceu gigante”, escreve. E surgiu primeiro no papel, antes mesmo de existir, por força de decisão tomada de cima para baixo – o decreto papal que dividiu o Novo Mundo em 1492 entre a Espanha e Portugal, as superpotências da era das grandes navegações do século XV, que levaram à primeira globalização. Católico desde sempre, o Brasil tem hoje praticamente a mesma extensão de costa litorânea que tinha quando Cabral aportou em Porto Seguro.

Os Estados Unidos nasceram pequenos e cresceram aos poucos, de baixo para cima, a partir de 13 colônias povoadas por protagonistas e vítimas de guerras e perseguições religiosas europeias no período pós-Reforma, que atravessaram o Atlântico por falta de alternativa e o propósito de reinventar o mundo, guiados pelos ideais do Iluminismo. A ética protestante, da qual deriva a cultura do mérito, está no DNA norte-americano. Mas não explica tudo. Sucessivas ondas de imigração, no passado da Europa, hoje da América Latina, tornaram o catolicismo a maior denominação cristã no “país dos protestantes”. Visitantes brasileiros se surpreendem diante desse fato. Ou quando informados que a região de Washington, a capital dos EUA, abriga mais de mil templos. A perplexidade provavelmente resulta do contraste entre a religiosidade dos americanos, que é real, mas pode parecer forçada à luz da cultura secular que se enraizou no país, e das mensagens e imagens que sua poderosa indústria do entretenimento propaga mundo afora.

O mito da superioridade cultural britânica ante a portuguesa ou a ibérica, difundido entre gente bem-pensante no Brasil, é posto no seu

devido contexto histórico por Lessa e fica menor. Embora a ideia da limitação do poder do governante seja, de fato, da tradição britânica e tenha aportado cedo deste lado do Atlântico sob a forma de assembleias locais de cidadãos, e ganhado sua melhor expressão nas dez primeiras emendas da Constituição americana – o *Bill of Rights* –, não foi ela, argumenta o autor, que fez a diferença nos primórdios do desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos.

No século XVII, “a Grã-Bretanha era um país convulsionado [onde] uma elite próspera convivia com grande miséria e o banditismo nas cidades”, escreve ele. Certamente aspirava às conquistas, mas não tinha cacife para acompanhar os portugueses e espanhóis. Assim, demorou para seguir as potências ibéricas e só o fez mais tarde, com franceses e holandeses, “optando pela pilhagem e pela pirataria para conquistar lugar nos espaços abertos nas Américas e na Ásia” pelos avanços tecnológicos que viabilizaram as grandes navegações. “O fato”, escreve Lessa, “é que a Inglaterra, no início da colonização americana [...] não tinha recursos nem condições militares e políticas para mandar tropas e construir fortes, como os portugueses fizeram no Brasil”. Isso, acrescenta ele, “acabou favorecendo o surgimento do movimento autônomo, já focado na independência, nas colônias (britânicas) que se fixaram na América”.

Uma decorrência desse processo foi a legitimação do princípio da representação popular, baseada na noção segundo a qual a cobrança de impostos pelo Estado deve ter como corolário o direito dos que pagam a participar da tomada de decisões sobre o uso do dinheiro público. “*No taxation without representation*” tornou-se o grito da mobilização que levou à Guerra de Independência dos Estados Unidos. A virtuosa campanha dos súditos rebelados não surgiu da superioridade britânica, mas da incapacidade de Londres de impor controles e cobrar impostos a uma sociedade que se organizava em novos termos.

“Pela metade do século XVIII, o americano médio, descendente de europeu, já vivia melhor no Nordeste da América (a Nova Inglaterra) do que seus parentes que haviam ficado do outro

lado do Atlântico”, escreve Lessa. “A pobreza entre os brancos não passava dos 5% e praticamente todos votavam em suas câmaras de representantes. A economia americana cresceu 500% entre 1700 e 1750, enquanto a própria Inglaterra, que dava início à Revolução Industrial, não se expandia mais que 25%.”

O paralelo entre os Estados Unidos e o Brasil ganha sua melhor expressão em Lessa no esclarecedor exame que ele faz das obras de duas testemunhas, Alexis de Tocqueville e Jean-Baptiste Debret, filhos de famílias tradicionais da França que visitaram os Estados Unidos e o Brasil, respectivamente, na primeira metade do século XIX. Tocqueville era um jovem juiz de direito de 26 anos quando chegou aos Estados Unidos em 1831 com planos de estudar o sistema penal da jovem república. Sua visita durou quase dois anos e resultou no livro *Democracia na América*, um estudo magistral que ultrapassou o propósito original da viagem e tornou-se texto fundamental sobre o desenvolvimento da sociedade americana. Debret tinha 48 anos ao iniciar suas andanças pelo Brasil, a convite de D. João VI. Permaneceu 15 anos, à frente de uma missão de artistas franceses, e produziu inúmeras aquarelas sobre a sociedade brasileira nos primeiros anos após a Independência.

“Foi como se a mesma máquina fotográfica mostrasse no mesmo momento os dois países”, escreve Lessa. “O que Tocqueville e Debret observaram sobre os dois países salta aos olhos pelas disparidades sociais e econômicas que já existiam entre o Brasil – que nutria os velhos escravismo e absolutismo – e os Estados Unidos, que tinham 30 anos de independência, uma nascente república e um desenvolvimento impressionante no Nordeste do país” – e, vale acrescentar, esperariam ainda 30 anos pela guerra civil que poria fim à escravidão e mais um século para que os descendentes dos escravos emancipados conquistassem o direito ao voto e à cidadania.

“As aquarelas de Debret – a senhora branca sentada à mesa com as escravas em volta, jogando migalhas para o negrinho que brincava no chão; o mercado de escravos, os negros de ganho pela rua – dizem tudo sobre a sociedade brasileira naquele momento”, ressalta o autor.

Em contraste, Tocqueville descreve o equalitarismo na formação dos Estados Unidos como o fenômeno que mais o impressionou durante o seu périplo. “Grande igualdade existe entre os imigrantes que se estabeleceram nas praias da Nova Inglaterra; mesmo os germes da aristocracia nunca foram plantados naquela parte da União”, relata o francês. Eles vicejaram, é certo, mas somente no sul do país, onde a escravidão deitou raízes profundas, como ocorreu no Brasil.

Reside aí a grande e determinante diferença. O escravismo nos Estados Unidos ficou limitado a uma parte do país, foi militarmente derrotado e não teve força para inibir a dinâmica do progresso econômico e social desencadeada nos estados do Norte por uma população livre, composta de grandes e pequenos proprietários, de trabalhadores e suas famílias. “Desde o início, os Estados Unidos herdaram as sementes da industrialização, da livre concorrência que tornariam o país o centro da segunda revolução industrial [...] com alicerce político razoavelmente democrático, igualitário [...] e uma estrutura estatal não intervencionista [...] que favoreceu o crescimento do capitalismo” e permitiu a construção de uma república moderna, pioneira e mais estável. No Brasil, a escravidão foi generalizada e só acabou, por decreto, sem qualquer medida de amparo aos escravos, “quando eles já eram minoria na força de trabalho”. A República brasileira, parida por militares, mal tocou na estrutura de monocultura exportadora do país. “O movimento militar que derrubou a monarquia pouco acrescentou em termos de democracia ou na estrutura econômica. Os grandes fazendeiros continuaram mandando no país até pelo menos os anos 1930 e tão somente substituíram os escravos por mão de obra malremunerada”, lembra o autor.

Em 1997, dez anos antes da publicação do livro de Lessa, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, um estudioso da evolução social brasileira, antecipara a principal conclusão do livro aqui em exame numa série de entrevistas que concedeu a Roberto Pompeu de Toledo, publicadas no livro *O Presidente Segundo o Sociólogo*, em 1998. Fernando Henrique vai direto ao ponto ao responder à

primeira pergunta feita pelo jornalista, sobre as razões da demora do Brasil em tornar-se um país desenvolvido.

“Está demorando porque nós, desde os tempos da Colônia, tivemos características de uma sociedade opressora. Não passamos, realmente, por nenhuma revolução social. Compare o Brasil com os Estados Unidos. Eles tiveram escravidão, como nós, mas ali, numa certa área, criou-se uma sociedade mais dinâmica, onde, por exemplo – e isso é muito importante –, havia maior facilidade de acesso à terra. Esse fator mais dinâmico entrou em conflito com o outro, mais atrasado, e houve a Guerra de Secessão, que caracterizou uma ruptura. Não derivou daí a igualdade racial, que foi fruto de uma luta deste século. Mas, bem ou mal, houve uma ruptura. Aqui não, tivemos uma sociedade do tipo escravocrata e, portanto, muito hierarquizada. Uma sociedade que foi homogeneamente assim, em todo o país, sem um setor dinâmico para servir de contrapeso.” Na pesquisa que resultaria em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo, percorreu o Sul do país para verificar se por lá as imigrações de italianos e alemães, iniciadas no final do século XIX, teriam alterado significativamente a dinâmica da opressão do escravismo. “Criou-se no Sul uma contraideologia, e o mito de que a sociedade ali era mais igualitária”, diz o ex-presidente. “Eu escolhi estudar o Sul por causa disso. Mas você pode constatar no meu livro (*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*) que a ideologia do resto do Brasil impregnou também a sociedade dali.” O acesso mais amplo à terra, na região, não chegou a caracterizar um modelo oposto ao do resto do país. A sociedade de base escravocrata, com grande controle patrimonial, teve o reforço histórico da transferência da Coroa portuguesa, que trouxe para o Brasil a inibidora e paralisante cultura burocrática da metrópole, cuja pesada herança está presente até hoje.

“Tivemos durante séculos aqui uma elite colonial e seus prolongamentos antidemocráticos. Só na metade do século XX começamos a ensaiar democracia e só depois do final da ditadura militar (em 1985) [...] pudemos come-

çar a consolidá-la”, escreve Lessa na conclusão do livro, que permanece atual. “A argamassa da sociedade brasileira ainda está se consolidando. Temos as vantagens e desvantagens de uma democracia nova. Um desenvolvimento econômico e social mais inclusivo é coisa recente. É trabalhoso e toma tempo. Jogar luz no passado é, a meu ver, uma boa forma de nos livrar das velharias que ainda atravancam o nosso presente e nos deixar mais leves para abrir caminho para o futuro.” A argamassa certamente melhorará de qualidade se rejeitarmos mitos e visões estereotipadas, como faz Lessa, e aprofundarmos a compreensão sobre nossas virtudes e vulnerabilidades.

Algumas das vulnerabilidades são o preconceito ideológico e a falta de tradição em estudos das realidades de outros países na academia e nas escolas brasileiras. Ela nos priva, por exemplo, no caso americano, de adquirir compreensão baseada em pesquisas e reflexões sobre processos históricos de grande relevância, como o movimento dos direitos civis dos EUA e as transformações que ele trouxe ao país a partir da Segunda Guerra Mundial. A lacuna salta à vista, pois as semelhanças e diferenças entre o desenvolvimento das sociedades multirraciais que surgiram no Brasil e nos Estados Unidos pós-escravidão propõem perguntas e desafios importantes às duas sociedades. No Brasil, no entanto, elas permanecem fora da pauta da academia brasileira, a despeito da evidente importância que assumem num mundo globalizado, como notou Jacques d’Adesky, sociólogo da Universidade Cândido Mendes, em texto que ofereceu numa conferência realizada pelo Brazil Institute do Wilson Center e pela Embaixada do Brasil em Washington, em setembro de 2006, sobre a precariedade dos estudos sobre os Estados Unidos no Brasil.

Ao abrir a conferência, o então embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, disse que, se por um lado existe uma saudável curiosidade entre os dois países, são modestos os estudos avançados sobre os EUA no Brasil – e, pode-se acrescentar, sobre qualquer outro país, começando pela vizinha Argentina. É, obviamente, de importância estratégica que o

Brasil compreenda melhor os EUA: como se dá o processo decisório nos EUA, como o país encara a América Latina, percebe as relações raciais e vê os investimentos estrangeiros.

As avaliações de releituras de livros como o que aqui se analisa dependem, inevitavelmente, do contexto em que elas são feitas. Quando a Editora Civilização Brasileira publicou o trabalho de Lessa, em 2008, o Brasil vivia um momento promissor. Seis anos do governo do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva haviam produzido bons resultados num momento favorável da economia mundial e reacendido a esperança dos brasileiros de viver um dia numa sociedade próspera e mais justa. A trajetória de Lula – de menino pobre do Nordeste a primeiro homem do povo eleito e reeleito presidente da República – validava teses sobre a capacidade de uma das sociedades mais desiguais do planeta se reinventar e emergir como exemplo inspirador. Naquele momento, os Estados Unidos lidavam com as consequências da trágica decisão do presidente George W. Bush de invadir o Iraque sob falsos pretextos e mergulhavam em sua pior recessão econômica em oito décadas, fatos que, ironicamente, contribuíram para a ascensão do primeiro negro – Barack Hussein Obama – à presidência do país. Como sabemos, o sonho brasileiro de Lula se desfez no pesadelo que o Brasil enfrenta no momento em que escrevo estas linhas.

O sonho americano personificado por Obama, que deixou a Casa Branca em janeiro de 2017, como um presidente bem avaliado pela maioria dos americanos, também chegou ao fim – ou pelo menos a uma pausa, com a surpreendente ascensão do empresário Donald Trump à presidência. Um homem sem experiência de governo, Trump elegeu-se depois de uma campanha populista que dividiu ainda mais um país já perigosamente polarizado e colocou a política dos Estados Unidos em território desconhecido. Venceu as máquinas do seu Partido Republicano e do Partido Democrata, mas não obteve um mandato nas urnas. Na verdade, recebeu quase 3 milhões de votos populares menos do que sua contendora no pleito, a ex-senadora e ex-secretária de Estado Hillary Clinton. Proprietário de uma rede de hotéis,

que se viabilizou para a política transformando-se em celebridade da televisão, o novo líder americano tomou posse no dia 20 de janeiro de 2017 reiterando seu discurso radical da campanha sobre temas sensíveis como imigração e protecionismo comercial, para perplexidade dos governos ao redor do mundo.

Se estivesse iniciando hoje a redação de seu livro, Lessa certamente teria o desafio de explicar por que os Estados Unidos, cuja política vem perdendo qualidade ano após ano, optaram

por um líder pouco apetrechado para a complexa arte de governar e desinteressado da rica história de seu país. O sociólogo norueguês Johan Galtung, reconhecido por ter previsto o colapso da União Soviética, escreveu que o poder global dos EUA está em acelerado declínio e entrará em colapso durante a administração de Donald Trump. Se a previsão comprovar-se correta, é de se esperar que o interesse em estudar os EUA e traçar paralelos relevantes para o Brasil diminuirá – para prejuízo de todos.